

SERVIDOR EM LUTA – POR UM SINSEJ FORTE

Apresentamos ao conjunto da categoria esta contribuição para o II Congresso do SINSEJ, com o objetivo de fortalecer nosso sindicato e a luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora. Nossa militância é construída nos princípios e compromissos de fundação da Central Única dos Trabalhadores (1983): *“Independência dos patrões e governos, autonomia diante dos partidos políticos e engajamento na luta de classes na via da emancipação dos trabalhadores de toda a forma de exploração e opressão”*.

UNIDADE DOS TRABALHADORES PARA DERROTAR O GOLPE: O Brasil vive um período de eleições gerais dentro de um regime político baseado num tipo de ditadura judiciária, flanqueada pelo exército de baioneta nas mãos (a intervenção militar no RJ e o anúncio da triplicação dos recursos para intervenções deste tipo são uma dura manifestação disso), retorce a legislação, ou simplesmente se move ao arrepio da lei, para impor um programa que segue demolindo os direitos e conquistas. Temos a tarefa de lutar pela revogação das medidas destruidoras impostas pelos golpistas dos 3 poderes, como a lei das terceirizações ilimitadas, a contrarreforma trabalhista, o fim do regime de partilha do pré-sal (e do fundo para Educação e Saúde) e, na base de todas elas, a EC 95/2016, que congela os investimentos em saúde e educação por 20 anos. Sem falar na contrarreforma da previdência que segue pendendo sobre nossas cabeças. Trata-se de uma obra de barbárie das mais terríveis em nossa história que apenas um governo golpista, livre de qualquer mandato popular, cuja sobrevivência se apoia unicamente na aplicação mais profunda deste programa a serviço do imperialismo e da grande patronal nativa, pode encaminhar. Se confirma dramaticamente a entrevista de Roberto Brant, coordenador do documento Ponte para o Futuro, em O Estado de São Paulo (18 de abril de 2016), “a proposta não foi feita para enfrentar o voto popular. Com um programa desses não se vai para uma eleição (...) vai ser preciso agir muito rápido. E sem mandato da sociedade. Vai ter de ser meio na marra”. De lá pra cá a ditadura judiciária, com componente militar, deu passos decisivos na liquidação da democracia para implantar o programa de destruições: prendeu Lula, interveio militarmente no Rio, organizou o assassinato de Marielle Franco, criou as condições para ataques às organizações populares, inclusive encobrendo os autores de ataques a tiros contra a caravana do Partido dos Trabalhadores no Sul do país e ao Acampamento Marisa Letícia em Curitiba além de impedir a candidatura do líder de todas as pesquisas: Lula.

A prisão de Lula sinaliza uma ofensiva da reação, do totalitarismo judicial e do Governo Temer sobre todos os segmentos do movimento operário, camponês, juvenil e popular. É papel histórico de nosso sindicato, em unidade com imensa maioria das entidades sindicais, democráticas e populares, colocar-se, efetivamente, na luta intransigente pelas liberdades democráticas em nosso país e contra esta ditadura judiciária. O esmagamento da democracia pelo golpe que se manifesta no conjunto de ataques contra os direitos está simbolizado hoje pela prisão ilegal de Lula e pela interdição de sua candidatura, majoritária em todas as pesquisas, o que significa caçar previamente a manifestação da vontade popular.

O projeto capitalista exige um trabalhador flexível, adaptável, com capacidade empreendedora etc. Isso nos permite indagar qual é o verdadeiro valor do conhecimento para o capitalismo? Para o capital só tem valor aquele conhecimento que possibilita a manutenção de sua existência. Esse quadro converte a formação do trabalhador em “competências” com a finalidade de precarização, exploração e alienação. As reformas educacionais da década de 1990, que promoveram menos investimentos e nivelamento por baixo da educação,

resultaram no fortalecimento da ideologia educacional burguesa. As linhas mestras dessa ideologia não se alteraram desde então, apostando num discurso fragmentário, identitário e descentrado que colocam a educação num suposto patamar de valorização, pois, na verdade, trata-se tão somente de seu enaltecimento a uma forma voltada ao desenvolvimento do trabalhador para a empregabilidade. Disso decorre uma preparação “polivalente”, permanente e adaptativa ao mercado, com esvaziamento da formação, seja na educação básica ou no ensino superior. Assim, é preciso enfrentar o conjunto de ataques que a educação pública vem sofrendo. Podemos citar o Programa Residência Pedagógica (PRP) um programa, viabilizado por edital, que acena com bolsas de estudo como migalhas para contrapartida do desmonte das instituições públicas como um todo. Mais de uma dezena de entidades e associações científicas já se posicionaram contra este programa, apresentando um conjunto de argumentos acadêmicos e políticos para repudiar a adesão a ele. Na esteira do PRP, encontramos a BNCC (aderir a uma é obrigatoriamente aderir à outra), com a qual temos integral desacordo. Não nos esqueçamos dos interesses financeiros por trás da BNCC, das grandes corporações empresariais que foram as gestoras dessa proposta, que falseou uma democracia de base para implantar um documento que nunca possibilitará a melhoria da educação brasileira. Vejamos outros ataques, destacando agora a Lei nº 13.415/2017 (a reforma do ensino médio). Parcerias com o setor produtivo e outras instituições (não esqueçamos dos Sistemas S) aparecem nos parágrafos 6º e 8º, além da abertura para que sejam firmados convênios com instituições de educação a distância (parágrafo 11). No tocante à formação de professores, o Art. 6º da Lei 13.415/2017 altera a LDBEN, em seu Art. 61, incluindo como profissionais da educação escolar básica “profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino. Também suprimiu, em função dessas alterações no Art. 61, que a formação docente deva ser realizada em universidades e institutos superiores de educação. Façamos então, alguns destaques a partir dessas alterações mencionadas. O primeiro aspecto a sublinhar é que o texto é sempre bastante vago: “poderá oferecer”, “a depender das condições dos sistemas de ensino”, “conforme disponibilidade” etc., sem nenhuma clareza de critérios que determinem essas variáveis. Ademais, façamos algumas pontuações mais específicas. a) Os arranjos curriculares e o atendimento às necessidades e interesses dos estudantes. Como assinalado, o currículo do Ensino Médio deve se organizar por “[...] diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino”. As justificativas para esses “arranjos curriculares” giram em torno do desinteresse dos estudantes pelas disciplinas escolares, que precisariam ser adequadas aos interesses e necessidades dos estudantes conforme seus contextos de vida e trabalho. Vai daí que os “itinerários (de)formativos”, pautados na construção de competências, aproximem-se grandemente à concepção de aprendizagem flexível, assim se equiparando ao modelo de formação do trabalhador flexível. Fugindo da responsabilidade e das críticas à supressão de disciplinas como Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia, a lei 13.415 jogou para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a tarefa de versar sobre a disposição destes componentes nos currículos. Contudo, a BNCC não se encaminha diferentemente no que se refere ao aspecto pedagógico, pois pauta-se objetivamente na formação por competências, que em nada altera o princípio dos interesses e necessidades, em detrimento dos conhecimentos universais. Além disso, é bastante explícita a relação entre a contrarreforma do EM e as avaliações nacionais e internacionais, que hierarquizam os sistemas educacionais, classificando-os segundo uma

lógica meritocrática. Com isso, deixa-se de investir na formação de professores e na melhoria das condições materiais das escolas. Toda essa flexibilização formativa, vai resvalar, obviamente, no lugar que ocupa o professor e o destaque dado à sua formação. Se o mais importante é o conhecimento tácito, se os percursos formativos estão ligados umbilicalmente à formação de competências que preterem a teoria, aquele que ensina pode ser, no mais das vezes, um bom prático, destituído de compreensões teóricas mais elaboradas sobre sua própria atividade e que portanto, com seu “notório saber” destitui a formação sólida para realização do trabalho educativo. Além das consequências para a formação do estudante do EM, a contratação de supostos especialistas desqualifica a profissão docente, desobriga o Estado de concursos públicos, facilita as parcerias “público-privadas”, flexibiliza direitos trabalhistas e previdenciários, favorece discursos conservadores (como o que está contido no movimento “Escola sem Partido”, pois impede o pensamento crítico) e enquadra a educação nas políticas de austeridade absolutamente necessárias à realização da EC 95 (15/12/2016). Assim, temos nos manifestado em favor da democracia, da liberdade e melhores condições de vida para todos e defendemos que a educação exerça seu papel fundamental nesse processo. Os estudantes, da educação básica e do ensino superior, com suas ocupações e greves, nos lembram porque permanecemos na luta. Nos provam que a realidade se movimenta no interior das contradições e que tão forte quanto as repressões e retrocessos, é nossa disposição para não recuar, não esmorecer. O orçamento geral do MEC cresceu entre 2003 e 2013 de algo como R\$ 20 bilhões para cerca de R\$ 112 bilhões, enquanto o orçamento das IFES, neste mesmo período, foi de cerca de R\$ 10 bilhões para em torno de R\$ 40 bilhões (SIMEC/MEC). Em pouco mais de um ano de governo golpista, este curso passou por uma reversão acelerada. O Governo Temer impõe a aplicação da EC 95/2016. Já em abril passado, a Educação teve R\$ 4,3 bilhões em despesas bloqueadas. Com isso, o orçamento do MEC para 2017, que havia sido definido pelo Congresso em R\$ 35,74 bilhões, foi reduzido para R\$ 31,43 bilhões.

O GOLPE É PARTE DA INTERVENÇÃO DO IMPERIALISMO NO CONTINENTE:

O golpe no Brasil responde à exigência do imperialismo norte americano que visa retomar os espaços perdidos durante as últimas décadas, fazendo voltar a tratar as nações sul-americanas como seu quintal, o que se expressa, em particular, na forma de garantir que o petróleo destes países sejam apropriados por suas multinacionais e a realização de reformas da previdência que deem plenas garantias a seus investidores, a saber, à meia dúzia de especuladores que ditam as ordenas de Donald Trump, como o faziam para Obama. Trata-se também de esmagar o valor da força de trabalho, por meio do corte das proteções sociais que a classe trabalhadora impôs em décadas de luta de classe, mas também de fazer recuar todos os programas sociais que propiciaram a inserção de novos setores na classe trabalhadora. Trata-se da expressão no Brasil da ofensiva do imperialismo para, na crise global do sistema capitalista, retomar plenamente o terreno de exploração perdido nos últimos anos. A vizinha Venezuela é alvo de ameaças de intervenção militar, que deve ser objeto de uma resolução de incondicional defesa da nação irmã neste congresso. Esta mesma ofensiva se expressa na política de Macri que leva a Argentina à um novo aprofundamento da crise e a voltar a se ajoelhar aos pés do FMI, com novos ataques o nível de vida das massas.

GOVERNO UDO (MDB): GOVERNO PRIVATISTA ALINHADO A TEMER: Em Joinville o atual governo representante direto, sem atravessadores, dos interesses dos grandes

empresários aplica a linha de desmonte e privatização dos serviços públicos, seguindo a risca a cartilha nacional do golpe e do seu partido (MDB).

A reforma administrativa aprovada na lei complementar 418/2014, e depois com a lei municipal 8363/2017 organizando um desmonte e fechamento de vários órgãos públicos. A dívida previdenciária com o Ipreville coloca em risco a aposentadoria dos trabalhadores que dedicam suas vidas ao serviço público e correm o risco de na hora da aposentaria não ter dinheiro para garantir seu direito.

Convivemos com a falta de professores e a população sofre com a falta de vagas nos CEI's. Nossa hora-atividade é desrespeita a Lei Nacional do Piso Magistério. É exigido dos trabalhadores atualizações diárias informatizadas de planejamento, frequência, hora-atividade sem garantir condições adequadas de trabalho, gerando sobrecarga e conseqüentemente aumentando o nível de adoecimento na rede.

Na saúde a situação é caótica, com falta de profissionais (uma regra em toda PMJ), os indicadores de saúde são preocupantes. Essa falta tem gerado a diminuição da cobertura da Estratégia de Saúde de Família no município, a diminuição do número de consultas realizadas, e a sobrecarga dos profissionais que tem atender mais pessoas para garantir o mínimo a população. Um dos exemplos dessa afirmação é o aumento da população atendida pelos Agentes de Saúde e Combate a Endemias de 750 para 1350. Ou seja a velha receita sucateia para depois privatizar, como já vemos no PL 191/2018 onde o governo propõe ceder espaço no HMSJ para a instalação de um centro de diagnóstico privado.

Precisamos ampliar nossa unidade para enfrentar estes ataques, o ataque é ao conjunto do serviço público e a todos os trabalhadores, o que hoje começa em uma secretaria logo se espalha para toda PMJ.

Não tem atalho, precisamos nos mobilizar e enfrentar os ataques com nosso sindicato! A direção sindical precisa organizar e mobilizar a base buscando a unidade de todos os setores, com força e formação política para a categoria.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL: DEFESA DO SINSEJ FORTE, INDEPENDENTE E DE LUTA: O sindicato deve realizar a unidade elementar dos trabalhadores na defesa de suas reivindicações. Ele deve congrega em seu interior todo trabalhador da categoria, sem nenhuma discriminação de convicção filosófica ou partidária. Filiar-se ou não a um partido político é um direito democrático de todo trabalhador. O que não representa avanço na organização sindical é a criação de centrais sindicais de maneira artificial, como extensão de partidos políticos seja quais forem, pois isso fragmenta a luta. A CUT representa uma conquista da classe trabalhadora, sua fundação foi resultado de um movimento profundo da classe definida pelo seu lugar objetivo nas relações de produção capitalista, para uma classe que, através de sua organização independente dos exploradores, começa a ter consciência que seus interesses são opostos e contraditórios aos da classe dominante. No último período a CUT ocupou um lugar central na defesa dos direitos da classe trabalhadora e na luta contra o golpe. Desde o anúncio das medidas de ajuste fiscal feitas no governo Dilma e medidas que restringiam ou retiravam direitos a central chamou a organização da luta na rua cobrando o conteúdo de classe do voto. Com o processo de golpe em curso não hesitou em nenhum momento em combater os golpistas e defender a democracia, buscando a unidade da classe, seja com outras centrais, movimentos populares (MST, MTST, CMP entre outros) e o movimento estudantil (UNE e UBES), pois o golpe em curso prepara uma escalada de ataques

aos trabalhadores, juventude e ao serviço público. Romper com a CUT hoje, significa isolar nossa categoria do processo de discussão com milhares de trabalhadores do campo e da cidade, do serviço público e da iniciativa privada. Temos críticas a posições adotadas, algumas vezes contraditórias ou que taticamente não foram as mais adequadas na luta contra a exploração da classe ao longo da história. No entanto, no último período é inegável para nós a importância da existência da CUT no atual cenário político brasileiro, especialmente no papel que jogou na greve geral em 2017 contra a reforma da previdência. No SINSEJ precisamos ampliar a participação dos locais de trabalho no Conselho Deliberativo. A organização no local de trabalho deve ser um instrumento coletivo onde o conselheiro não se resume ao repasse de informação, mas um sujeito político que organize a luta no seu local trabalho, para que isto aconteça defendemos uma sólida política de formação não apenas no conselho, mas na base da categoria. Nesse sentido, precisamos fortalecer também a organização sindical nas cidades de Garuva e Itapoá com formação sindical e presença efetiva do sindicato, buscando elevar a participação destes companheiros na luta sindical.

Plano de Lutas: Lula Livre! Defesa das liberdades democráticas; Defesa da convocação de uma Constituinte Soberana para abrir o caminho das aspirações e reformas populares (agrária, urbana, democratização da mídia e outras) e revogar as medidas que atacaram a classe trabalhadora (EC 95, Reforma trabalhista, Reforma do Ensino Médio, etc); Revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal e Fim do Superávit Fiscal Primário; Contra as reformas da previdência; Petrobrás 100% Estatal! Defesa do Pré-Sal; Contra as terceirizações! Não a terceirização ilimitada; Fim da Intervenção Militar no Rio de Janeiro; Todo apoio ao povo da Venezuela contra o imperialismo; Retirada das tropas do Haiti; Revogação da lei das OS's; Concurso Público em todas áreas; Contra o negociado sobre legislado e qualquer flexibilização nas leis trabalhistas; Contra as demissões! Demitiu, Parou!; Contra as privatizações e concessões de empresas públicas! Reestatização do que foi privatizado; Fim do assédio moral e perseguições políticas nos locais de trabalho; Valorização e investimento na cultura, contra o desmonte do SIMDEC; Fim dos parcelamentos da dívida com o IPREVILLE; Implementação dos 33,3% de aula atividade; Desburocratização do SEI, retorno do atendimento no Ambulatório do Servidor; Equiparação do vale-alimentação; Por um programa sério, organizado, transparente e eficiente de transferências e realocação dos servidores; Contra o desmonte da estrutura municipal através das reformas administrativas; Contra o possível fechamento do ambulatório dos servidores; Pela defesa do Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA. Lutar Para que as decisões de mudanças nos serviços prestados a população sejam amplamente discutidas com os servidores das áreas envolvidas e com a população em geral e não seja mais uma decisão unilateral do governo.